



Comissão de Defesa Nacional

### **ATA NÚMERO3 /XIV/ 1.ª SL**

Aos 19 dias do mês de novembro de 2019, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 2/XIV/1.ª SL;
2. Análise dos contributos apresentados para o Plano de Atividades da Comissão
3. Distribuição de iniciativa legislativa:
4. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão, passou-se ao primeiro ponto da Ordem do Dia, tendo a ata n.º 2/XIV/1.ª SL sido aprovada por unanimidade.

De seguida, passou-se à análise dos contributos apresentados para o Plano de Atividades da Comissão. Não tendo sido recebido contributos, o Presidente propôs a criação de um grupo de trabalho composto pelos coordenadores de todos os Grupos Parlamentares, para que sejam produzidas propostas a analisar em próxima reunião, o que foi aceite por todos os coordenadores.

Tendo baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 57/XIV/1ª (PAN)- Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e procede à 7.ª alteração ao Decreto-lei n.º 503/99, de 20 de novembro e à 1.ª alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro, o Senhor Presidente solicitou o acordo da Comissão para que o parecer fosse igualmente distribuído ao Senhor Deputado Jorge Gomes (PS), a quem tinha sido distribuído o parecer referente ao Projeto de Lei 27/XIV/1ª (CDS) - Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e procede à 7.ª alteração ao Decreto-lei n.º 503/99, de 20 de novembro e à 1.ª alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro.

A este respeito, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) pediu a palavra para sugerir que distribuir esta iniciativa legislativa a outro Grupo Parlamentar poderá dar alguma diversidade ao tema, criando uma discussão mais interessante. O Senhor

*Aprovada na reunião de 26 de novembro de 2019.*



## Comissão de Defesa Nacional

Deputado Diogo Leão referiu que a concentração de esforços faria sentido, concordando, no entanto, com a ideia de que a diversidade pode enriquecer o debate. O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) sugeriu que, dada a complexidade do trabalho feito sobre esta matéria na anterior legislatura, seria interessante constituir um Grupo de Trabalho para ouvir os interessados, já que é uma matéria que não se compadece de uma apreciação rápida. A Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN) indagou da possibilidade de haver dois relatores para um único relatório. O Presidente da Comissão referiu, a este respeito, a questão regimental e o facto de, desta forma, não ser respeitado o desejo de dois grupos parlamentares de se pronunciar sobre esta matéria, ainda que esta não seja uma prática comum.

A Senhora Deputada Ana Miguel Santos (PSD) foi então designada para elaborar o parecer referente ao Projeto de Lei n.º 57/XIV/1ª (PAN)- Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e procede à 7.ª alteração ao Decreto-lei n.º 503/99, de 20 de novembro e à 1.ª alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro.

No que concerne à proposta de criação de um Grupo de Trabalho para debater esta matéria, o Senhor Deputado Diogo Leão (PS) afirmou compreender que, por questões de operacionalização, a criação do Grupo de Trabalho pode ser uma mais-valia funcional no futuro. A esse respeito, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) declarou que o entendimento do Grupo Parlamentar do PSD é de que matérias de grande relevância devem ser discutidas no plenário da Comissão. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) considerou que a criação do Grupo de Trabalho deve depender do destino que as iniciativas legislativas tiverem em Plenário. Esta questão, ficou, portanto, de ser retomada no futuro.

Passando-se ao último ponto da Ordem do Dia, outros assuntos, o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) pediu a palavra para mencionar o convite do Senhor Ministro da Defesa Nacional para a Sessão Pública de Encerramento do Primeiro Seminário do Centro para a Defesa do Atlântico, a ter lugar em hora coincidente com a da Sessão Plenária da Assembleia da República, e na qual teria particular interesse em participar pela relevância da matéria passa o arquipélago dos Açores, questionando a prática habitual a respeito de faltas e transporte.

*Aprovada na reunião de 26 de novembro de 2019.*



## Comissão de Defesa Nacional

O Senhor Presidente da Comissão indicou que, dada a natureza do evento, a questão da falta ao Plenário teria de ser colocada à direção do Grupo Parlamentar, e que a questão do transporte não se coloca quando o convite é individual.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) pediu também a palavra para manifestar o repúdio do Grupo Parlamentar do BE em relação à Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2019, que autoriza a realização da despesa para a aquisição de cinco aeronaves KC-390 e de um simulador de voo ao consórcio constituído pela Embraer, S. A., e Embraer Portugal, S. A.. Em causa está a aquisição dos equipamentos de guerra eletrónica para as aeronaves KC-390 à Elbit Systems EW and Sigint - Elisra, um dos principais fornecedores de equipamento militar às Forças Armadas israelitas, por considerar que é uma empresa que não tem as mãos limpas. O Grupo Parlamentar do BE lamenta que o Governo de então (cujo Primeiro-ministro se mantém) tenha feito aquisição de equipamento a esta empresa, que participa dos ataques sistemáticos ao povo palestino, manifestando uma posição de repúdio pela contratação dos serviços desta empresa.

A este respeito, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) indicou que o Governo tem liberdade contratual, e nesse contexto escolhe a quem faz as aquisições. Indicou ainda que o Grupo Parlamentar do PSD não condena um contrato com um Estado legítimo como é Israel, pelo que considera esta contratação legítima.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) indicou ter uma interpretação semelhante à do PSD, acrescentando que, desconhecendo embora os trâmites desta aquisição, considera que não foi feita com base em critérios ideológicos.

O Senhor Deputado João Ataíde (PS) defendeu que a aquisição segue as regras da contratação pública, que Israel se distingue pelo *know-how* nesta matéria a nível mundial, e que não são estas empresas que levam a cabo as intervenções junto do povo Palestino.

A reunião foi encerrada às 15:45 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 novembro 2019.

*Aprovada na reunião de 26 de novembro de 2019.*



Comissão de Defesa Nacional

**O PRESIDENTE**

**(Marcos Perestrello)**



Comissão de Defesa Nacional

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Miguel Santos  
António Filipe  
Carlos Eduardo Reis  
Cristina Jesus  
Diogo Leão  
Fernando Negrão  
Inês de Sousa Real  
João Ataíde  
João Vasconcelos  
Jorge Gomes  
José Luís Carneiro  
José Manuel Carpinteira  
Manuel dos Santos Afonso  
Marcos Perestrello  
Olga Silvestre  
Paulo Moniz  
Raul Miguel Castro  
Sérgio Marques  
João Paulo Pedrosa  
Pedro Sousa  
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Filipe Soares  
Pedro Roque  
Rui Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Lara Martinho  
Telmo Correia

